

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE: MULHERES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Maisa Elena Ribeiro¹; <https://orcid.org/0009-0004-4650-4594>

Elizabeth Conceição Alves²; <https://orcid.org/0000-0002-1024-7803>

Ângela Fátima Soligo³; <https://orcid.org/0000-0001-7056-6649>

Resumo

O racismo é um problema estrutural, que se reflete no âmbito das instituições e relações interpessoais de diferentes maneiras, explícitas e veladas. No contexto educacional, uma das manifestações do racismo está na pouca representatividade de pessoas negras no corpo docente e nas referências bibliográficas, e essa desigualdade racial se acentua quando se verificam os níveis mais elevados de ensino. Com o intuito de dar visibilidade para a produção de conhecimentos científicos realizados por pesquisadoras negras, este trabalho apresenta as pesquisas das mulheres negras que concluíram a pós-graduação, vinculadas à linha de pesquisa Psicologia e Educação, no grupo de estudos e Pesquisas Diferenças e Subjetividades em Educação (DiS), do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGE-FE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre os anos de 2005 e 2024. Para tanto, realiza-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento das dissertações e teses já defendidas no grupo de pesquisa, e currículo Lattes das pesquisadoras. A partir deste trabalho, colocam-se em evidência os estudos construídos por mulheres negras nessa linha de pesquisa e suas contribuições, refletindo sobre o acesso e condições das mulheres negras na universidade pública. Ressalta-se a relevância social e científica das pesquisas que em sua maioria abordam relações raciais e as desigualdades decorrentes, apresentando inovações teóricas e metodológicas. Constata-se também a pouca representatividade de pesquisadoras e docentes negras, que reflete o racismo institucionalizado nos programas de pós-graduação mesmo com a implementação de ações afirmativas.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Educação; Psicologia; Relações Raciais; Gênero.

Our Steps Come From Afar: Black Women In Graduate School

Abstract

Racism is a structural problem that is reflected in institutions and interpersonal relationships in different ways, both explicit and hidden. In the educational context, one of the manifestations of racism is the low representation of black people in teaching staff and bibliographic references, and this racial inequality is accentuated when higher levels of education are verified. In order to give visibility to the production of scientific knowledge carried out by black researchers, this work presents the research of black women who completed postgraduate studies, linked to the Psychology and Education research line, in the study and research group Differences and Subjectivities in Education (DiS), of the Graduate Program in Education of the Faculty of Education (PPGE-FE) of the State University of Campinas (Unicamp), between the years 2005 to 2024. To this end, a bibliographic and documentary research is carried out, with a survey of the dissertations and theses already defended in the research group, and the researchers' Lattes CVs. This work highlights studies conducted by black women in this line of research and their contributions, reflecting on the access and conditions of black women in public universities. The social and scientific relevance of the research is highlighted, as most of it addresses racial relations and the resulting inequalities, presenting theoretical and methodological innovations. The low representation of black researchers and professors is also noted, which reflects institutionalized racism in graduate programs, even with the implementation of affirmative actions.

Keywords: Black Women; Education; Psychology; Race Relations; Gender.

1 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; maisapocos@gmail.com

2 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; betliza675@gmail.com

3 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; soligo@unicamp.br

Nuestros Pasos Vienen De Lejos: Mujeres Negras En La Escuela De Posgrado

Resumen

El racismo es un problema estructural, que se refleja dentro de las instituciones y relaciones interpersonales de diferentes maneras, explícitas y encubiertas. En el contexto educativo, una de las manifestaciones del racismo es la baja representación de las personas negras en el profesorado y en las referencias bibliográficas, y esta desigualdad racial se acentúa cuando hay mayores niveles de educación. Con el objetivo de dar visibilidad a la producción de conocimiento científico realizada por investigadoras negras, este trabajo presenta las investigaciones de mujeres negras que realizaron estudios de posgrado, vinculadas a la línea de investigación Psicología y Educación, en el grupo de estudio e Investigación Diferencias y Subjetividades en Educación (DiS), del Programa de Postgrado en Educación de la Facultad de Educación (PPGE-FE) de la Universidad Estadual de Campinas (Unicamp), entre los años 2005 y 2024. Para ello se realiza una investigación bibliográfica y documental, con un levantamiento de disertaciones y tesis ya defendidas en el grupo de investigación, y de los CV de los investigadores. A partir de este trabajo se destacan los estudios construidos por mujeres negras en esta línea de investigación y sus aportes, reflexionando sobre el acceso y las condiciones de las mujeres negras en las universidades públicas. Se destaca la relevancia social y científica de las investigaciones, que abordan principalmente las relaciones raciales y las desigualdades resultantes, presentando innovaciones teóricas y metodológicas. También está la baja representación de investigadores y profesores negros, lo que refleja el racismo institucionalizado en los programas de posgrado incluso con la implementación de acciones afirmativas.

Palabras clave: Mujeres Negras; Educación; Psicología; Relaciones Raciales; Género.

Este trabalho propõe uma discussão sobre a participação de mulheres negras na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, discutindo os avanços e desafios das ações afirmativas para a população negra, principalmente para mulheres negras no contexto acadêmico. Para tanto, realizamos um resgate das teses e dissertações defendidas por mulheres negras no grupo de pesquisa DiS da PPGE-FE-UNICAMP, dando visibilidade para a construção do conhecimento dessas mulheres.

A universidade Estadual de Campinas é reconhecida pela qualidade da formação e produção científica, figurando como a segunda melhor do país e uma das melhores da América Latina. Entretanto, ainda precisamos perguntar: quais são as bases teóricas dessa produção de conhecimentos? Quem são as pessoas que constroem as pesquisas? Onde estão as mulheres negras nessa produção? Representa de forma equitativa a população brasileira?

De acordo com Silva (2018), a universidade brasileira foi implementada em 1920, com a intenção de aglutinar as faculdades instituídas por Dom João VI em 1808, que visava a manutenção do controle e do modelo da metrópole (Schwarcz, 1993, citada por Silva, 2018). Segundo Moura (1988), os primeiros intelectuais brasileiros eram formados numa perspectiva eurocêntrica, na qual fervilhavam teorias racistas, e

muitos deles contribuíram com tais teorias. Os brasileiros que estudaram na Europa foram mais tarde os primeiros professores dessas faculdades.

Também é importante destacarmos que a universidade brasileira nasceu no período pós-escravidão. No século XX, a ciência brasileira produziu muitas teses em que os negros e indígenas eram vistos apenas como objetos de estudos. Sendo assim, a universidade brasileira foi durante muitos anos um espaço predominantemente branco, em que os corpos negros que ali adentravam, além de objetos de estudos, eram os corpos dos trabalhadores braçais negros e negras, jamais produtores de conhecimentos. Segundo Silva (2018, p. 241): “[...] a universidade brasileira do século XX carrega e consolida a maneira ocidental de produzir conhecimento, mantendo o cânone científico europeu dentro do Brasil: na metodologia, na estrutura de escrita, na publicação e nas bases teóricas.”

Esse cenário muitas vezes foi denunciado pelos negros e negras que conseguiram de alguma maneira subverter a ordem imposta e adentraram os espaços universitários. Alcântara & Júnior (2020) nos traz alguns exemplos: a psicanalista Virgínia Leonel Bicudo, nascida em 1910, foi a primeira mulher negra a se formar no curso de bacharelado de ciências sociais na faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em São Paulo, concluindo-o em 1939. Na sequência, ingressou na

pós-graduação, dedicando-se a compreender o racismo no campo da psicanálise; produziu a dissertação “Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo” e, com esse primeiro estudo, ela marca o campo dos estudos raciais no Brasil. Enedina Alves Marques nasceu em 1913, filha de uma empregada doméstica. Foi a primeira mulher negra no curso de Engenharia Civil, no ano de 1945, na Universidade do Paraná. Também destacamos a presença de Sônia Guimarães, nascida em 1957, filha de trabalhadores, em 1976 cursou Licenciatura em Ciências na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, em 1986, ingressou no doutorado. É a primeira mulher negra brasileira doutora na área de física, e foi a primeira a lecionar no Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA (Setubal, 2024).

O movimento das mulheres negras

As mulheres negras sempre estiveram atuando na sociedade brasileira, desde o período escravocrata, trabalhando pesado nas plantações ao lado dos homens negros, cuidando na senzala das feridas físicas e emocionais dos homens negros e das suas crianças; nas ruas como vendedoras ou cozinhando, limpando, amamentando e educando as crianças brancas. Em todos esses espaços sua atuação se deu com sabedoria e astúcia de sobrevivência. Além disso, também atuaram como lideranças de fuga e libertação da escravidão (Giacomini, 1988).

De acordo com Gonçalves (2018), no século XX as mulheres negras participaram ativamente da luta nos movimentos sociais, principalmente no combate ao racismo e ao machismo, por isso estavam ao lado dos homens negros e das mulheres brancas no feminismo. No entanto, criticamente apontavam que esses movimentos não atendiam às suas especificidades. Ainda segundo Gonçalves (2018), no movimento negro, o protagonismo era dos homens; eles empunhavam o microfone e, mesmo as mulheres pensando as pautas, colaborando na produção dos textos, e exercendo outras tarefas, ficavam nos bastidores e enfrentavam a visão sexualizada de seus corpos.

Quanto ao movimento feminista, as mulheres brancas não pautavam a raça, olhavam apenas para a diferença e opressão de gênero, como aponta Ângela Davis (2016). Mas havia outras demandas, as quais nos acompanham até hoje como: as necessidades das mulheres negras arrimo de família, mães-solo; a hipersexualização das mulheres negras, vistas apenas

para satisfazerem as necessidades sexuais dos homens, mas jamais dignas de um compromisso; a ditadura do padrão de beleza, que prejudica a afirmação positiva da identidade negra.

Diante dessas problemáticas, as mulheres começaram a produzir suas próprias pautas reivindicatórias, de ordem interseccional, que entrecruzam raça, classe e gênero. Entretanto, as mulheres negras tinham consciência de que não se tratava de romper com a luta conjunta, mas introduzir nesses espaços as suas demandas, como explica Carneiro: “Era fundamental atrelar a luta contra o racismo à luta antissexista. Era necessário, ‘enegrecer’ a agenda feminista e introduzir a pauta feminista no movimento negro” (2003, citada por Gonçalves, 2018, p. 13).

Diante disso, as mulheres negras de várias partes do Brasil se articularam e realizaram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Chrispim et al (2023), nesses encontros mulheres de diferentes setores trabalhistas traziam as suas pautas e reivindicações; essas demandas geraram boletins de denúncias, mas para além disso elas formularam propostas políticas e buscavam a efetividade dessas políticas.

Ações afirmativas e representatividade negra no ensino superior

A luta do movimento negro contra a desigualdade racial resultou nas políticas afirmativas; destacamos duas legislações importantes que são resultados dessa luta: a lei nº 10639/03, reformulada pela lei 11645/08, que institui a obrigatoriedade de história e cultura africana, afrobrasileira e indígena nas escolas; a lei nº 12.711/2012, reformulada pela lei nº 14.723/2023, mais conhecida como lei de cotas, que impulsiona a presença de estudantes de escolas públicas e negros nas universidades públicas federais.

Ressalta-se ainda o importante papel dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) na definição de uma agenda política e pedagógica negra nas universidades brasileiras (Ribeiro, Santos, Soligo, Silva, 2024, *no prelo*). No entanto, ações afirmativas ainda encontram muitos obstáculos para efetivação plena no âmbito das instituições educacionais e demandam constante monitoramento e avaliação, uma vez que a implementação das mesmas é permeada por tensionamentos, lutas e reivindicações de movimentos políticos negros, organizados dentro e fora das Instituições de

Ensino Superior (IES). Como destacam Venturini, Silva, Silva, Moreira, Silva, Santos (2024, p. 3): “Tal processo segue descortinando cada vez mais as barreiras institucionais e estruturais vigentes, dificultando que as ações afirmativas produzam os resultados desejados.”

Dentre esses obstáculos apontados pelas autoras, podemos destacar a escassez de sistematização pelos órgãos oficiais sobre a representatividade racial nas IES. O Ministério da Educação, por meio do INEP, realiza o Censo da Educação Superior desde 2001; no entanto, o quesito cor/raça foi integrado à pesquisa apenas no ano de 2005, tornando-se de preenchimento obrigatório pelas IES somente em 2016. Na publicação de 2022, as notas estatísticas indicaram que tanto no ensino superior presencial quanto na Educação à Distância (EAD) o perfil dos ingressantes de graduação é: mulheres, brancas, estudantes de IES privadas, em cursos noturnos, oriundas de escolas públicas. (INEP, 2023).

Vale ressaltar ainda que 87,8% das IES no Brasil são privadas (Brasil, 2024) e a Lei de cotas é restrita para as IES públicas federais. Ainda há poucos parâmetros e indicadores de avaliação e monitoramento das ações afirmativas nas IES privadas. No caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), é prevista a destinação de bolsas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas; no entanto, a divulgação, acompanhamento e fiscalização do cumprimento dessas ações ainda é difusa.

No âmbito da pós-graduação, a presença de pessoas negras é ainda menor, e este nível de ensino ainda não conta com uma sistematização oficial das informações sobre seus estudantes, docentes e instituições, uma vez que o censo da educação superior contabiliza apenas os dados da graduação. Apenas em 24 de abril de 2024, a CAPES anuncia a criação do Censo da Pós-graduação no Brasil: “A Portaria nº 99/2024 estabelece como partes integrantes do Censo os dados demográficos e os relacionados às condições socioeconômicas, culturais, étnico-raciais, de gênero e da educação especial, além de informações relacionadas às atuações por área do conhecimento” (Brasil, 2024, *online*).

Não há uma legislação específica para ações afirmativas no âmbito da pós-graduação, mas a pesquisa de Venturini et al. (2024) indica que a lei de cotas nº 14.723/2023 tem sido utilizada para sustentar juridicamente as ações afirmativas também na pós-graduação. Diante dessa falta de sistematização dos dados, foi criado pela pesquisadora o Observatório de

Ações Afirmativas na pós-graduação, que tem o objetivo de levantar e acompanhar as iniciativas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil. Tal iniciativa contabilizou que até abril de 2023, apenas 52 universidades contavam com resoluções aprovadas no que tange às ações afirmativas.

A pesquisa indica que a maioria dessas universidades está localizada na região nordeste. Apesar da região sudeste ser a região que concentra o maior número de programas de pós-graduação no país, não corresponde à região com maior número de ações afirmativas. A autora ressalta ainda que as ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação têm impulsionado a discussão de ações afirmativas para outros grupos como indígenas, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, dentre outros.

Em pesquisa realizada na Plataforma Sucupira em 13 de novembro de 2024, foi encontrado o registro de um total de 4442 programas de pós-graduação no Brasil. Ou seja, por mais que se identifique um avanço quanto ao desenvolvimento de ações afirmativas da pós-graduação, o número de programas e universidades que aderem a essas ações ainda é pequeno.

Na Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, as cotas para pessoas negras e indígenas iniciam no ano de 2015, no programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH); em 2016 foram adotadas na pós-graduação da Faculdade de Educação e apenas em 2018 que foram instituídas em todos os cursos de graduação da universidade. Quanto aos programas de pós-graduação, ainda são poucos os que aderiram às ações afirmativas nos seus processos seletivos e somente em 2023, a Deliberação CONSU a-17 orienta a instituição de cotas para todos os seus Programas de pós-graduação.

Mesmo após serem implementadas, as ações afirmativas sofrem com diferentes formas de boicote e resistência para sua consolidação. E na Unicamp não foi diferente; mesmo depois de aprovada a criação de ações afirmativas por meio de cotas sociais e raciais, elas ainda são alvo de muita deturpação e resistência por parte de alguns membros da gestão, corpo docente e discente.

Na consulta realizada em 13 de novembro de 2024, o último anuário estatístico publicizado da pós-graduação da UNICAMP, disponível no *site* da Pró Reitoria de Pós-graduação (PRPG) é de 2020, com base nos dados de 2019; neste, não consta a informação de cor/raça dos estudantes (UNICAMP, 2020).

Atualmente, a Unicamp conta com 91 programas de pós-graduação *stricto sensu* em seu catálogo. Até o ano de 2023, apenas 27 programas na Unicamp estabeleciam cotas raciais e 6 estavam em vias de ser implementados (UNICAMP, 2024).

No caso da Faculdade de Educação da Unicamp, o estudo de Sampaio (2023) discute as problemáticas e tensionamentos no processo de implementação das ações afirmativas no programa de pós-graduação. A coleta e a sistematização das informações sobre a representatividade racial não são de fácil acesso e só são disponibilizados a partir da pressão de grupos de estudantes organizados, como a Frente pró-cotas e o Núcleo de Consciência Negra, cobrando transparência e efetivação dessas ações. Quando essas informações são disponibilizadas, esses dados demonstram a pouca representatividade de pessoas negras e alguns critérios ainda difusos para seleção dos estudantes e concessão das bolsas.

A pesquisa de Sampaio (2023) revela ainda que, desde a criação das ações afirmativas no PPGE/FE em 2016, a reserva de 35% de vagas para estudantes negros nunca foi preenchida integralmente, devido à resistência explícita e velada de vários professores em receberem estudantes cotistas em seus grupos de pesquisa. Outro dado grave refere-se aos constrangimentos e perseguições sofridas por estudantes negros pelos seus professores, que refletem a vivência do racismo em suas múltiplas expressões relacionais, individuais e institucionais (Bento, 2021).

Grupo de pesquisa Diferenças e Subjetividades em Educação: estudos surdos, do racismo, gênero e infância (DiS)

O DiS – Grupo de Estudos e Pesquisas Diferenças e Subjetividades em Educação: estudos surdos, do racismo, gênero e infância, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp, foi criado em 2005 pelas professoras Regina Maria de Souza, Ana Archangelo, Ângela Soligo e pelo professor Sílvio Gallo.

O grupo de docentes entendia, à época, que era necessário dar visibilidade às temáticas com que suas/seu docentes vinham trabalhando em suas pesquisas, que tinham como eixo condutor a questão da diferença, na perspectiva da filosofia da diferença, dos estudos surdos, das questões raciais e de gênero e da infância. A diferença, é, portanto, o ponto de encontro dessas

pesquisadoras e pesquisador, e se expressa nos diferentes aportes temáticos e teóricos desenvolvidos no grupo – a filosofia, a psicanálise, a psicologia social, a linguística. Não é, portanto, a uniformidade de temas e aportes teóricos que une o grupo, mas a afinidade filosófica e política em torno da diferença, das desigualdades e seus enfrentamentos.

Atualmente, o grupo é composto pelas professoras Ana Archangelo, Regina Maria de Souza, Ângela Soligo, Elisabete Figueroa dos Santos e Ronaldo Alexandrino⁴. As relações raciais têm sido foco permanente das pesquisas realizadas pelo grupo, abarcando as temáticas do racismo, discriminação e seu enfrentamento, assim como das políticas afirmativas e práticas para a educação das relações étnico-raciais em perspectiva antirracista. A educação e a escola são *locus* privilegiados nas pesquisas, mas outros espaços de existência têm surgido como pontos de interesse na perspectiva das relações étnico-raciais (como exemplo: o turismo, o mundo do trabalho, a comunicação, a arte).

Método

O presente artigo tem como objetivo realizar um levantamento das mulheres negras que integraram o grupo de pesquisa DiS da PPGE/FE, na condição de estudantes de pós-graduação, evidenciando suas contribuições e pesquisas desenvolvidas nos campos da Psicologia e da Educação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando extrair dos currículos Lattes, teses e dissertações defendidas por mulheres negras, desde o início do grupo de pesquisa, em 2005, até o ano de 2024 (Gil, 1991/2008).

Procedimentos

O primeiro passo para realização da pesquisa foi a consulta às (aos) professoras (es), tanto aquelas que estão atualmente quanto as que já passaram pelo grupo de pesquisa DiS. Foi enviado um e-mail para as professoras, perguntado sobre quantas e quais eram as pesquisas de mestrado e doutorado orientadas pelas mesmas que foram desenvolvidas e já concluídas por mulheres negras no período de 2005 a 2024.

A partir dessa informação, passamos para a pesquisa documental junto à Plataforma Lattes das

⁴ Também compuseram o grupo e hoje pertencem a outros grupos: Lílían Nascimento, Heloisa Lins e Gabriela Tebet.

professoras. Nesse processo, o objetivo foi levantar o total de orientações concluídas pelas professoras e, destas, quantas eram de mulheres e quantas mulheres negras. Após esse primeiro levantamento, o segundo procedimento foi a pesquisa bibliográfica. Foi realizada a busca de todas as teses e dissertações defendidas por mulheres negras do DiS no repositório de teses e dissertações da Unicamp, desde o ano de 2005 (fundação do grupo de pesquisa) até o ano de 2024.

Para análise bibliográfica das teses e dissertações utilizamos um roteiro de análise, extraindo dos resumos das pesquisas as seguintes informações: Título/tema; tipo de pesquisa; participantes (caso houvesse) ou material pesquisado (em caso de pesquisa documental

e bibliográfica); técnicas de pesquisa utilizadas (questionário, entrevista, estudo de caso, história de vida) e os principais resultados e conclusões da pesquisa.

Resultados

No levantamento que realizamos, contabilizamos nove docentes que passaram pelo grupo de pesquisa DiS, considerando o período de 2005 a 2024; nesse intervalo, o total de orientações de dissertações e teses concluídas foi de 147, sendo 114 produzidas por mulheres; destas, apenas 19 pesquisas foram desenvolvidas por mulheres negras. As pesquisas encontradas foram organizadas no quadro abaixo:

Quadro 1
Levantamento de dissertações e teses defendidas no DiS, de 2005 a 2024, por mulheres negras.

MESTRADO		
ANO	PESQUISADORA	TÍTULO
2009	Tagiane Maria da Rocha Luz	Apatia em sala de aula : estudo de caso a partir da teoria winnicottiana
2012	Caroline Felipe Jango Feitosa	“AQUI TEM RACISMO!”: UM Estudo Das Representações Sociais E Das Identidades Das Crianças Negras Na Escola
2014	Isabel Passos de Oliveira Santos	A lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais de Campinas
2016	Rosiane Cristina dos Santos Silva (em memória)	Relações substitutivas no ambiente no ambiente educacional socioeducativo (paradoxos entre limite e espaço)
2018	Mariana Cristina Pedrassa Sagrilo	Currículo Na Educação Infantil: Tensões E Consonâncias Com As Práticas E Seus Sujeitos
2019	Rosália Maria Rodrigues De Campos	Uma Análise Do Negro No Material Didático: Avanços E Permanências
2019	Elisande de Lourdes Quintino de Oliveira	A Contribuição Da Leitura Para A Emancipação Da Pessoa Em Privação De Liberdade
2020	Carla Fernanda Brito Bispo	Literatura infantil afro-brasileira e africana no Ensino Fundamental : nos rastros de uma pesquisa viagem, cartografias da escolarização
2021	Natália Lopes dos Santos	O acolhimento inicial de bebês negros e negras nos espaços da creche: Aspectos a considerar e desafios a alcançar
2021	Lidiane Cristina Loiola Souza	Tessituras De Tecidos E Linhas Na Prática Pedagógica Com Crianças: Diálogos Entre Arte E Pedagogia?
2022	Cristiane Maria da Silva	Vozes de mulheres negras e imagens construídas sobre seus corpos [recurso eletrônico] : o encontro de uma história individual com a história de Marielle Franco, marcas de vivências
2024	Elen Alves de Sousa	Perifa-gogias : por uma educação periférica urbana desde a infância
2024	Joice dos Santos	E Eu Não Sou Uma Turista? Mulheres Negras Viajantes: Afeto, Política E Direito Ao Lazer

DOUTORADO		
ANO	PESQUISADORA	TÍTULO
2011	Luciane Ribeiro Dias Gonçalves	Representações Sociais Sobre Educação Étnico-Racial De Professores De Ituiutaba – Mg E Suas Contribuições Para A Formação Docente
2012	Aletéia Eleutério Alves Chevbotar	Construção do Espaço para Ser em Sala de Aula.
2015	Tagiane Maria da Rocha Luz	Sobre o espaço potencial instaurado no primeiro ciclo do ensino fundamental de uma instituição escolar.
2017	Ruth Meyre Mota Rodrigues	Educação para as Relações Étnico-Raciais no Brasil: um termômetro
2018	Caroline Felipe Jango da Silva.	Extensão e diversidade étnico-racial no IFSP: caminhos para a construção de uma educação antirracista.
2022	Ivonete Aparecida Alves	Mulheres Negras Sankofando no Mocambo Nzinga

Fonte: Currículo Lattes das professoras e repositório da Unicamp. Elaborado pelas autoras.

Discussão

A primeira constatação dessa pesquisa é a pouca representatividade de mulheres negras, o que dialoga com os resultados dos estudos apresentados anteriormente, principalmente os estudos de Sampaio (2023) e Venturini (2024). Esse dado remonta ao processo de exclusão operado desde a educação básica, como mostra o estudo de Bonilha e Soligo (2015), que dificulta ou impede o acesso de estudantes negras à graduação e, conseqüentemente, à pós-graduação. Mas mesmo superando os muitos obstáculos, quando chegamos na academia, não nos sentimos representadas, nem nas pessoas que majoritariamente ocupam esse espaço, nem nos autores e teorias estudadas. Diante dessa constatação, passamos a ser agentes da construção de conhecimentos historicamente invisibilizados. Como ressalta a pesquisa de Cristiane Silva (2022, p. 9), “a vida das mulheres negras precisa ser evidenciada a fim de que se amplie o olhar para o modo como essas mulheres são colocadas na sociedade Brasileira.”

Mesmo sendo o DiS um grupo que acolhe as temáticas das diferenças, isso não se reflete no percentual de pesquisadoras e professoras negras. Vale ressaltar que a professora Ângela Fátima Soligo é uma das professoras pioneiras no debate das relações raciais da Faculdade de Educação e que tem oportunizado a entrada de homens e mulheres negras, de homens e mulheres LGBTQIA+ e pessoas da classe trabalhadora. No entanto, é importante destacarmos que apenas a partir de 2022 o grupo de pesquisa conta com a entrada de uma professora negra, Elisabete Figueroa

dos Santos, a qual tem sido importante referência nos estudos e orientação de mulheres negras e fundou o Grupo de Estudos “Pensamento Negro em Psicologia e Educação” (NEGRES) dentro do DiS.

Essa baixa representatividade de mulheres negras na pós-graduação evidencia o quanto estamos distantes da equidade racial na universidade. A educação é uma das bandeiras que vêm sendo defendidas e solicitadas pelo movimento negro há muitas décadas, como indicou Chrispim et al. (2023), e ainda continua sendo uma pauta emergente, pois somos a maioria da população brasileira e, no entanto, ainda destituídas dos espaços educacionais mais elevados.

Ao analisarmos os temas desenvolvidos nas teses e dissertações podemos observar que a maioria das pesquisas desenvolvidas pelas mulheres negras traz as relações raciais como temática central nos seus objetivos, que perpassam pesquisas de campo, bibliográficas e documentais. Diversas pesquisas vão avaliar os impactos da Lei 10639/03, como por exemplo as pesquisas de Luciane Dias (2011), Caroline Feitosa (2012), Rosália Campos (2019), Isabel Santos (2014) e Ruth Rodrigues (2017). Nessas pesquisas, como ressalta Rodrigues (2017, p. 7): “[...] há inegável negligência do Estado no tocante à efetiva implementação de ações e programas de combate ao racismo no Sistema de Ensino, promovendo a perpetuação das desigualdades por meio da ressignificação e reprodução de ideologias racistas”.

Essas e outras pesquisas constataam o racismo institucional que se perpetua nas relações sociais, o que pode ser observado em diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio e superior) e faixas

etárias (bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos). Trazemos a pesquisa de Caroline Feitosa (2012, p. 8), realizada com crianças do ensino fundamental, que conclui: “O estudo aponta relações assimétricas de raça dentro da sala de aula.”

Chama a atenção a diversidade e as inovações metodológicas apresentadas nos trabalhos, bem como a utilização de diferentes técnicas de pesquisa em um mesmo trabalho como: observação, entrevistas, rodas de conversa, cartografias, bem como o uso de fotografias e histórias de vida. Os trabalhos de Natália Santos (2021), Carla Bispo (2021), Caroline Feitosa (2012) e Lidiane Souza (2021) trazem as crianças como sujeitos, preocupadas em não falar sobre, mas dialogar com elas. Além disso, Natália Santos (2021) entra no universo dos bebês a partir da metodologia das cartografias; também abre um diálogo com as famílias negras, concluindo que as creches não estão preparadas para acolher famílias negras e os bebês recém matriculados.

As pesquisas de Tagiane Luz (2009; 2015), Aletéia Chevbotar (2012) e Rosiane Silva (em memória)⁵ (2016) apresentam a preocupação com as emoções das crianças e adolescentes; dialogando com os autores da psicanálise, buscam olhar nos espaços educacionais as possibilidades de construção de vínculo significativo, acolhimento e escuta para que a alfabetização aconteça com menos traumas e tensões.

Os trabalhos de Cristiane Silva (2022) Ivonete Alves (2022) e Elen Sousa (2024) apresentam perspectiva inovadora do ponto de vista teórico e metodológico, rompem com os modelos formais de escrita acadêmica, trazendo poesia e viradas epistemológicas em afro-perspectiva que reúnem vivência, pesquisa e arte na construção do conhecimento científico. Destacamos os conceitos de *inscrevivência*, cunhado por Alves (2022, p. 8):

Na maioria dos casos, elas (as mulheres pesquisadas) priorizaram fazer pedidos para seus familiares e para a comunidade. A este processo nomeia-se atualmente “*escrevivências*”, termo cunhado por Conceição Evaristo. Em alguns trechos produziu-se as “*inscrevivências*”, como uma obra de arte modelada ou as escarificações na pele que marcam o parentesco.

5 Prestamos aqui nossa homenagem à pesquisadora Roseane Cristina dos Santos Silva que nos deixou cedo, mas trouxe grandes contribuições para o campo dos estudos em Psicologia e Educação.

Os trabalhos advindos deste processo constituíram um acervo museológico de uma tradição viva, compondo o Museu Afroperiférico.

No caso da pesquisa de Elen Sousa (2024, p. 8), encontramos o conceito de Perifa-gogias: “[...] outras perspectivas para se olhar a realidade periférica, ao que nomeei por “Perifa-gogias” [...]. As discussões propostas evidenciaram que as “Perifa-gogias” podem ser um caminho de mudança que já existe e convivem entrecruzadas nos fazeres e saberes dos povos originários e afrodescendentes.”

A pesquisa de Joice dos Santos (2024) apresenta uma inovação metodológica na utilização da netnografia, além da etnografia. Nesta pesquisa é explorado o campo educativo para além do espaço escolar. Como destaca Santos (2024, p. 7):

[...] foi possível identificar que as mulheres, ao criar um movimento através das viagens, subvertem as representações sociais impostas sobre elas. Criando, assim, uma transição do lugar de serviçais e não turistas para agentes ativas no afroturismo, evidenciando mudanças significativas na forma como esse grupo é percebido e como elas se percebem.

Todas as pesquisas, de certa forma, apontam para o que Luciana Dias (2011, p. 10) conclui: “[...] a materialização da Educação das relações étnico-raciais se viabiliza pelo compromisso do(a) professor(a), mais que pela normatização jurídica.” Nesse sentido retomamos a discussão de Chispim et. al. (2023) sobre a importância da rede de mulheres negras nas políticas públicas e, neste caso, na construção do conhecimento científico.

Nossos passos vêm de longe, permanecem e muito está por vir...

Este artigo teve como proposta discutir a produção de conhecimentos científicos realizados por pesquisadoras negras do grupo de pesquisa DiS da FE/UNICAMP. Diante das reflexões apresentadas, finalizamos parafraseando a pesquisa de Elen Souza (2024, p. 96), que menciona a obra de arte “Principal peça do jogo”⁶, que faz referência à Rainha, uma das peças do jogo de xadrez: “A rainha” que na obra está vestida de amarelo (está representando a Orixá Oxum...);

6 No Martins (2018). Recuperado de <https://masp.org.br/acervo/obra/principal-peca-do-jogo> em 22 de novembro de 2024.

esta Orixá é referência para o povo afro-diaspórico, e é símbolo de beleza, força de vontade e sabedoria, por isso representa o protagonismo das mulheres negras na luta de classes que agem coletivamente de modo a incidir sobre a realidade, promovendo mudanças políticas com e para sua comunidade.

As pesquisadoras demonstram dois elementos fundamentais: consciência e responsabilidade; no primeiro, reconhecem que outras mulheres e homens negros abriram os caminhos para que elas pudessem assentar nos bancos universitários e elaborar suas ideias, pensamentos, vivências e sentimentos. No segundo, reconhecem o compromisso com o seu povo e a responsabilidade de pensar as ações afirmativas, mais especificamente a Lei 10.639/2003; suas pesquisas denunciam o racismo, cobram a efetivação das ações afirmativas e, para além disso, fomentam possibilidades de outros caminhos possíveis que rompam com as desigualdades de classe, raça e gênero na composição dos corpos e teorias que adentram a universidade e outros espaços educativos.

Ressaltamos a preocupação em continuar abrindo os caminhos para que outras mulheres negras possam se apropriar do espaço universitário como pesquisadoras, docentes, gestoras e reitoras.

Referências

- Alves, I. A. (2022). *Mulheres negras sankofando no Mocambo Nzinga*. [Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/9888>
- Bento, C. A. (2021). *Pacto da Branquitude*. Companhia das Letras.
- Bispo, C. F. B. (2020). *Literatura infantil afro-brasileira e africana no Ensino Fundamental: nos rastros de uma pesquisa viagem, cartografias da escolarização*. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1639959>
- Bonilha, T. P., & Soligo, A. F. (2015). O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira. *Revista Iberoamericana de Educação/Revista Ibero-americana de Educación*, 68 (2), 31-48.
- Brasil (2024). O Censo da Pós-Graduação no Brasil. Recuperado de: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/o-censo-da-pos-graduacao-no-brasil-em-novembro-de-2024>.
- Campos, R. M. R. de (2019). *Uma análise do negro no material didático: avanços e permanências*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637862>
- Chevbotar, A. E. A. (2018) *A construção do “Espaço para ser” em sala de aula*. [Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1634422>
- Chripim P. M. L.; Santos, E. F. & Spigolon, N. I. (2023). REDES DE MULHERES NEGRAS: vozes negras plurais. *Momento - Diálogos Em Educação*, 32(02), 71–88. Recuperado de <https://doi.org/10.14295/momento.v32i02.15677> em novembro de 2024.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Feitosa, C. F. J. (2012). *Aqui tem racismo!: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1618247>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). Atlas. (Trabalho originalmente publicado em 1991).
- Gonçalves, L. R. D. (2011). *Representações sociais sobre educação étnico-racial de professores de Ituiutaba-MG e suas contribuições para a formação docente*. [Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1616424>
- Giacomini, S. M. (1988). *Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Vozes.
- Gonçalves, R. (2018). I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. *Lutas Sociais*. 22 (40), 9-22. <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46646>
- Gonzalez, L. (2020). Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Flávia Rios, Márcia Lima(Org). Zahar.
- Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2023). *Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas*. INEP. Recuperado de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> em novembro 2024.
- Silva Júnior, P. R. da, & Alcântara, M. S. de (2020). Uma investigação sobre as trajetórias de mulheres negras na universidade pública. *Temas livres em Psicopedagogia e Educação*. 25 (2), 127-16. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/7767>

- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 (2023). Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Presidência da República. https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm
- Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
- Luz, T. M. da R. (2009) *Apatia em sala de aula: um estudo de caso a partir da teoria winnicottiana*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609918>
- Luz, T. M. da R. (2015) *Sobre o espaço potencial instaurado em uma instituição escolar de ensino fundamental*. [Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1625856>
- Moura, C. (1988). *A sociologia do negro brasileiro*. Editora Ática.
- Oliveira, E. L. Q. de (2019). *A contribuição da leitura para emancipação da pessoa em privação de liberdade: caminhos e (im)possibilidades*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638435>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- Pedrassa, M. C. (2018). *Identidade cultural no currículo da educação infantil na Rede Municipal de Vinhedo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1634919>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- Rodrigues, R. M. M. (2017). *Educação para as relações étnico-raciais no Brasil: um termômetro*. [Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632285>
- Sampaio, R. B. (2023). *Implementação das Cotas Étnico-raciais no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/10946>
- Santos, I. P. de O. (2014). *A lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais de Campinas*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1623920>
- Santos, J. dos (2024). *E eu não sou uma turista? Mulheres negras viajantes: afeto, política e direito ao lazer*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP.
- Santos, N. L. dos (2021). *O acolhimento inicial de bebês negros e negras nos espaços da creche: aspectos a considerar e desafios a alcançar*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/2257>
- Setubal, Y. (2024). *Sonia Guimarães, a primeira mulher negra doutora em Física no Brasil: ‘é tudo ainda muito branco e masculino*. Portal Geledés. Recuperado de Sonia Guimarães, a primeira mulher negra doutora em Física no Brasil: ‘é tudo ainda muito branco e masculino’ - Geledés. Acesso em 22 nov.2024.
- Silva, C. F. J. da (2018). *Extensão e diversidade étnico-racial no IFSP: caminhos para construção de uma educação antirracista*. [Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635423>
- Silva, R. C. dos S. (2019). *Relações substitutivas no ambiente educacional socioeducativo (paradoxos entre limite e espaço)*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638828>

Sousa, E. A. de (2024) *Perifa-gogias: por uma educação periférica urbana desde a infância*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/23036>

Souza, L. C. L. (2021) *Tessituras de tecidos e linhas na prática pedagógica: diálogos entre as múltiplas linguagens das crianças e a pedagogia*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1564>

Venturini, A. C. et. al. (2024). *Universidades públicas com resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação. Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap)*, 2. Recuperado de: <https://www.obaap.com.br/> em 28 de nov. 2024.

Ribeiro, M.; Santos, E. F.; Soligo, A. F., & Silva, C. F. J. (2024). Encruzilhadas acadêmicas: o papel dos NEABs na definição de uma agenda política e pedagógica negra nas universidades brasileiras. Em T. C. D. Poler, A. F. Soligo & F. Andrade (orgs). *Universidade & Interseccionalidade*. (no prelo).

Silva, N. M. C. da (2018). *Universidade no Brasil: colonialismo, colonialidade e descolonização numa perspectiva negra*. *Revista Interinstitucional de Artes de Educar*. 3(3) 233-257. Doi: 10.12957/riae.2017.29814.

Silva, C. M. da (2022). *Vozes de mulheres negras e imagens construídas sobre seus corpos: o encontro de uma história individual com a história de Marielle Franco, marcas de vivências*. [Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/10078> .

UNICAMP (2023). *Unicamp aprova cotas étnico-raciais na pós-graduação*. PRPG. Recuperado de: <https://prpg.unicamp.br/noticias/unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-na-pos-graduacao> em novembro 2024.

UNICAMP (2020). *Anuário Estatístico 2020 Pós-Graduação Ano Base 2019*. Recuperado de https://prpg.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/10/2022/12/prpg_anuario_2020.pdf em novembro de 2024.

Recebido em 08 de dez. 2024

Aceito em 16 de dez. 2024

